

Residências Inclusivas crescem 175% em 5 anos no Grande ABC

# Residências Inclusivas crescem 175% em 5 anos no Grande ABC

Região tem 11 unidades e 103 usuários em acolhimentos provisórios destinados a pessoas com deficiência; porta de entrada do serviço é pelos municípios

**THAUNA LANA**  
thauna.lana@diarioabc.com.br

Em cinco anos, o número de Residências Inclusivas cresceu 175% na região – os equipamentos administrados pelo governo do Estado são destinados para pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade social. De 2020 até este ano foram inauguradas sete novas unidades, contabilizando 11 no total, sendo quatro em São Bernardo, três em Mauá, duas em Santo André, uma em São Caetano e uma em Diadema.

O serviço de acolhimento permanente é voltado para aqueles que têm acima de 18 anos e atende até dez pessoas por unidade, por tempo indeterminado. Na região, são 103 usuários acolhidos pelo serviço, enquanto no Estado são 1.364 em 103 Residências

Inclusivas. A porta de entrada para o programa estadual é o Crens (Centro de Referência Especializado de Assistência Social).

A modalidade de acolhimento provisório busca atender pessoas que sofrem violência ou abandono por parte da família e não tenham condições de autossustentabilidade. Segundo a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, as Residências Inclusivas são diferentes de outros serviços de acolhimento institucional e se assemelham a uma casa de família.

O programa oferece moradia, assistência básica e atendimento personalizado 24 horas por dia de uma equipe multidisciplinar, formada por coordenador, assistente social, psicólogo, terapeutas e cuidadores sociais, entre outros profissio-

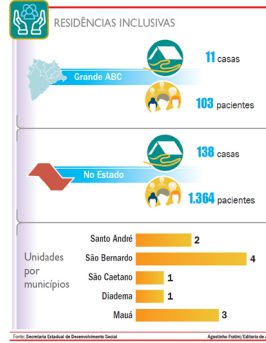
nais. O diretor da Proteção Social Especial da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, Thauan Pastrello, explica que, além do acolhimento, o objetivo do serviço é promover a autonomia dos usuários para que eles sejam inseridos no convívio comunitário.

Para isso, são realizados passeios externos como idas a shows, parques e centros comerciais. Cada morador, contudo, tem sua própria rotina e os compromissos individuais ficam aficados em um quadro de avisos. O diretor reforça que os funcionários desenvolvem atividades coletivas ocupacionais e de aprendizado com os moradores, como jogos, pintura e produção de bijuterias. Além disso, eles também são estimulados a auxiliar nas tarefas do dia a dia como cozinhar, limpar e arrumar a ca-

sa, sempre sob supervisão.

“Nada é melhor que a convivência familiar e social, por isso o principal objetivo é que os usuários alcancem e desenvolvam autonomia plena. Durante o acolhimento provisório, são realizados planos individuais que auxiliam na construção de metas e objetivos de vida de cada um. O atendimento nesses locais é rotativo, ou seja, cada casa possui capacidade para atender até dez pessoas ao mesmo tempo. Então, caso um usuário seja reinserido novamente na sociedade, outro poderá ser atendido no local”, explica Pastrello.

O diretor da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social pontua ainda que os endereços das Residências Inclusivas não são divulgados para garantir a segurança daqueles que são atendidos pelo serviço.



## Municípios também promovem serviço de acolhimento

Assim como as Residências Inclusivas, gerenciadas pelo governo do Estado, os municípios também promovem acolhimento provisório para pessoas com deficiência através das Residências Terapêuticas. Os dois servi-

ços de moradia são importantes políticas públicas contra a desinstitucionalização psiquiátrica, uma das vertentes da Luta Antimanicomial no País – movimento que luta pelos direitos das pessoas em sofrimento men-

tal e advoga pelo fim da lógica manicomial nos cuidados em saúde.

Segundo as prefeituras de Santo André, Diadema e Ribeirão Preto, esses três municípios possuem atualmente 14 residências terapêuticas

– Rio Grande da Serra é a única cidade da região que não oferta serviço de moradia, apenas atendimento em nível ambulatorial.

As demais administrações não responderam os questionamentos do **Diário**, po-

rém, até 2022, as três cidades tinham, juntas, 12 equipamentos, sendo sete em São Bernardo, três em São Caetano e dois em Mauá.

As Residências Terapêuticas são destinadas, em sua maioria, para pacientes

egressos de hospitais psiquiátricos com dois ou mais anos de internação. De acordo com a Prefeitura andreeense, não há mais moradores de Santo André internados em hospitais psiquiátricos – a última paciente foi desinstitucionalizada e enviada ao serviço municipal de acolhimento em 2022.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Setecidades Pagina: 3